

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 30ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em 28/06/2024, em Holambra/SP

Relação dos Membros dos Plenários – Presentes	
Entidade	Nome
AAMHOR	Miguel Madalena Milinski
ABCON	Ana Paula F. Abrahão
AEAS	Paulo Takeyama
AFOCAPI	José Rodolfo Penatti
ASSEMAE	Marco Antonio dos Santos
	Paulo Roberto S. Tinel
	Maria das Graças Martini
Associação Ambiental Plantar	João José Assumpção de Abreu Demarchi
CIESP – DR Bragança Paulista	Michele Consolmagno
CIESP – DR Campinas	Jorge Antônio Mercanti
CIESP – DR Indaiatuba	Alexandre Luis Almeida Vilella
FIESP	
CIESP - DR Limeira	Jonas Vitti
Circuito Serras Verdes	José Augusto Coronado Sena (p/p Mylena N. R. Oliveira)
CRBio-4ª Região	Maurício Djalles Costa (p/p Mylena N. R. Oliveira)
Consórcio PCJ	Flávio Forti Stenico
DAEE	Sarah Janaína M. Quental
EMATER	Marcelina Batista da Costa (p/p Mylena N. R. Oliveira)
FAEMG	Caio Sérgio Santos e Oliveira (p/p Mylena N. R. Oliveira)
FIEMG	Mylena Nascimento Rodrigues de Oliveira
Fórum das Américas	Rodrigo Hajjar Francisco
INEVAT	Francisco Antônio Moschini
Instituto Estadual de Florestas - IEF	Raquel Junqueira Costa (p/p Mylena N. R. Oliveira)
Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA	Mariana C. Souza S. Coelho (p/p Mylena N. R. Oliveira)
IPSA-C	Raquel Eliana Metzner
	Rodrigo Hajjar Francisco
Melhoramentos Florestal	David Figueiredo Barros do Prado (p/p Mylena N. R. Oliveira)
P.M. de Americana	Marcos Eduardo Morelli
P.M. de Bom Jesus dos Perdões	Benedito Rodrigues da Silva Filho (p/p Micheli Kowalczyk Machado)
P.M. de Camanducaia	Giovanna Caldeira de Souza (p/p Mylena N. R. Oliveira)

P.M. de Campinas	Dario Jorge Giolo Saadi (p/p Marco Antonio dos Santos)
P.M. de Capivari	Vitor Hugo Riccomini (p/p Guilherme Pereira Rego)
P.M. de Elias Fausto	Maurício Baroni Bernadinetti (p/p Lourenço Corsi Neto)
P.M. de Holambra	Fernando Henrique Capato Petrus Bartholomeus Weel
P.M. de Hortolândia	José Nazareno Zeze Gomes (p/p Michelle Gouvêa Martins)
P.M. de Iracemápolis	Nelita Cristina Michel Franceschini
P.M. de Itatiba	Thomas Antonio Capeletto de Oliveira (p/p Gustavo Cosenza de Almeida Franco)
P.M. de Jaguariúna	Márcio Gustavo Bernardes Reis (p/p Matheus Ranzani Herrmann)
P.M. de Jundiaí	Luiz Fernando Arantes Machado (p/p Martim de França Silveira Ribeiro)
	Martim de França Silveira Ribeiro
P.M. de Limeira	Mário Celso Botion (p/p Reinaldo Buck Belussi) Reinaldo Buck Belussi
P.M. de Louveira	Mateus Bento Batista Arantes
P.M. de Mogi Mirim	Evandro Antonio Trentin
P.M. de Mombuca	Guilherme Mikhail Helan Dorelli
P.M. de Piracicaba	Artur da Costa Santos
P.M. de Rafard	Fábio dos Santos (p/p Kleber Orlandin)
P.M. de Rio Claro	Gustavo Ramos Perissinotto (p/p Osmar da Silva Júnior)
	Osmar da Silva Júnior
P.M. de Rio das Pedras	Marcos Buzetto (p/p Estevan Tozin)
	Estevan Tozin
P.M. de Saltinho	João Francisco de Lima
P.M. de Santa Bárbara d'Oeste	Laerson Andia Junior
P.M. de São Pedro	José Rubens Françoso
SAAESP	
P.M. de Sapucaí-Mirim	Geovane Rodolfo Pereira Diógenes (p/p Mylena N. R. Oliveira)
P.M. de Tietê	Vlamar de Jesus Sandei (p/p Aguinaldo Brito Júnior)

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 30ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em 28/06/2024, em Holambra/SP

P.M. de Vinhedo	Dario Pacheco de Moraes (p/p Mara Letelian L. Reis)
Rotary International - D4590	Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi
SABESP	Hélio Rubens Gonçalves Figueiredo Wilson Aparecido Stocco
Sec. de Agricultura e Abastecimento	Denis Herisson da Silva
Sec. de M. Ambiente e Desenv. Sustentável-MG	Daniel Iscold Andrade de Oliveira (p/p Mylena N. R. Oliveira)
Sec. de Saúde	Luiz Alberto Buschinelli Carneiro
SEMIL	Caroline Túbero Bacchin
SINDÁGUA	Adilson Ramos de Souza (p/p Mylena N. R. Oliveira)
Sindicato Rural de Campinas	Luís Fernando Amaral Binda (p/p João Primo Baraldi)

Sindicato Rural de Limeira	Nilton Piccin
Sindicato Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi

Relação dos Membros dos Plenários com Ausência Justificada

Entidade	Nome
AEAN	Edmo José Stahl Cardoso
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Rachel Landgraf de Siqueira
Sec. de Desenv. Econômico	Vera Lúcia Hidalgo Secco
SEMIL	André Luiz Sanchez Navarro
UNICA	André Elia Neto

1 Ao vigésimo oitavo dia do mês de junho de 2024, no Teatro Municipal de Holambra “Franciscus Johannes Eltink”, no município de Holambra/SP, foi realizada a 30ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1). Na ocasião foram registrados 94 (noventa e quatro) participantes, dentre os quais estavam representantes dos municípios, das organizações civis, dos usuários de recursos hídricos, dos Governos dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, e do Governo Federal, conforme “Relação dos Membros dos Plenários - Presentes” apresentada acima e do público em geral, registrados em livro de presença próprio. 1. **Composição da mesa dirigente.** Após a recepção dos presentes, abertura da reunião e leitura da pauta pelo cerimonial, a mesa dirigente dos trabalhos foi composta conforme segue: Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL; Sra. Mylena Nascimento Rodrigues de Oliveira, representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), 1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL e Presidente do CBH-PJ1; Sra. Caroline Túbero Bacchin, representante da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL) e Secretária-executiva Adjunta do CBH-PCJ; Sr. Marco Antonio dos Santos, representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE), Vice-presidente do CBH-PCJ e 2º Vice-presidente do PCJ FEDERAL; Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ; Sr. Fernando Henrique

Capato, Prefeito Municipal de Holambra/SP e a Sra. Nelita Cristina Michel Franceschini, Prefeita Municipal de Iracemápolis/SP. 1.1. **Abertura.** Dando início à reunião, os componentes da mesa tomaram seus lugares e todos foram convidados a ouvir e cantar o Hino Nacional Brasileiro. 1.2. **Saudações iniciais dos membros da mesa.** Na sequência, o cerimonial passou a palavra para todos os membros da mesa que fizeram suas saudações iniciais e desejaram uma ótima reunião. 2. **Entrega do Plano Diretor de Macrodrenagem da Bacia Hidrográfica do Rio Capivari.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, passou a palavra ao cerimonial para a condução da entrega do Plano Diretor de Macrodrenagem da Bacia Hidrográfica do Rio Capivari (PDM-BHC). Na sequência, o cerimonial solicitou que os representantes presentes na reunião dos 15 (quinze) municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Capivari (Campinas, Capivari, Elias Fausto, Hortolândia, Indaiatuba, Itupeva, Jundiaí, Louveira, Mombuca, Monte Mor, Rafard, Rio das Pedras, Tietê, Valinhos e Vinhedo), para subirem ao palco para receberem 1 (uma) via impressa do Relatório Síntese do PDM-BHC e 1 (uma) via do Relatório Síntese Municipal, que contém um descritivo das ações propostas para cada um dos municípios, bem como todas as ações regionais. Além disso, 1 (um) *pen drive* também foi entregue contendo todo o material completo em meio digital, incluindo mapas, gráficos, plantas e outros elementos necessários ao bom entendimento do PDM-BHC. Após cerimônia de entrega, todos

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 30ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em 28/06/2024, em Holambra/SP

retornaram aos seus lugares. Na sequência, o Sr. Denis agradeceu ao cerimonial pela condução da entrega e solicitou aos representantes dos municípios que acolhessem o PDM-BHC com apreço. Ele ressaltou a importância do PDM-BHC para orientar o planejamento e as ações dos municípios, visando um futuro mais resiliente frente aos eventos climáticos extremos. 3. Assuntos a deliberar. 3.1. Aprovação da ata da 31ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1), realizada em 05/04/2024, por videoconferência. O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, questionou aos membros sobre a necessidade de leitura da minuta de ata da 31ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1), realizada em 05/04/2024, por videoconferência. A leitura foi dispensada por unanimidade e o Sr. Denis abriu a palavra para manifestações sobre o seu conteúdo. O Sr. Petrus Bartholomeus Weel, representante da Prefeitura Municipal de Holambra/SP, solicitou a inclusão da palavra “Rural” na linha 351 (trezentos e cinquenta e um) da ata, alterando a descrição de “Elaboração de Planos Diretores de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais”, para “Elaboração de Planos Diretores de Drenagem Urbana, Rural e Manejo de Águas Pluviais”. Após o ajuste do texto e não havendo mais manifestações, a minuta foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade. 3.2. Referendo de atos dos Presidentes dos Comitês PCJ. O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, fez uma breve contextualização relatando que, em virtude da necessidade de atendimento a prazos e demandas urgentes dos Comitês PCJ, pode ser emitidas deliberações *ad referendum* pelos presidentes, anteriormente à apreciação da matéria pelos plenários, devendo ser por eles posteriormente referendadas. Informou que, entre a última reunião plenária dos Comitês PCJ, realizada em 05/04/2024, e a reunião atual, foram editadas 2 (duas) Deliberações *ad referendum* que necessitam de aprovação pelos plenários. Dando prosseguimento, passou ao detalhamento das Deliberações *ad referendum* a serem referendadas: a) Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ nº 475/24, de 07/06/2024. O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e

Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, explanou sobre a Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ nº 475/24, de 07/06/2024, que indica empreendimentos para financiamento com recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União, localizados nas Bacias PCJ (Cobrança PCJ Federal), referentes ao exercício de 2024, e dá outras providências; b) Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ nº 476/24, de 07/06/2024. O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, explicou que a Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ nº 476/24, de 07/06/2024, altera cronograma sobre a revisão dos mecanismos e valores vigentes de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União e do Estado de São Paulo da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá; e c) Aprovação da minuta. Posteriormente aos esclarecimentos sobre os conteúdos das Deliberações *ad referendum* nºs 475 e 476, foi aberta a palavra para manifestações dos presentes e não havendo, o Sr. Denis colocou a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 477/24, de 28/06/2024, que referenda os atos dos Presidentes dos Comitês PCJ, à votação, a qual foi aprovada por unanimidade. 3.3. Apreciação de minuta de deliberação que cria a Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos Mananciais (CT-Mananciais) a partir da Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos Recursos Naturais (CT-RN) e dá outras providências. O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, contextualizou recordando as discussões ocorridas sobre o tema, que envolveram as Câmaras Técnicas de Conservação e Proteção dos Recursos Naturais (CT-RN) e Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural). Assim, o Sr. Denis informou que a minuta de Deliberação em discussão cria a Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos Mananciais (CT-Mananciais) a partir da CT-RN. Explicou que a coordenação e os membros, bem como os seus representantes, já indicados na CT-RN, passam a compor a nova CT-Mananciais durante o mandato 2023-2025. Também, esclareceu que a partir da criação da CT-Mananciais, fica encerrado as atividades do GT-Mananciais e, portanto, as atribuições de avaliação, revisão e acompanhamento da Política de Mananciais dos

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 30ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em 28/06/2024, em Holambra/SP

Comitês PCJ estabelecidas ao GT-Mananciais, advinda da Deliberação dos Comitês PCJ nº 307/2018, que aprovou a revisão da Política de Mananciais dos Comitês PCJ, passam a ser de responsabilidade da CT-Mananciais. Após breve contextualização, o Sr. Denis solicitou o apoio do Sr. Tiago Valentim Georgette, representante da Coordenação de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da Fundação Agência das Bacias PCJ, para apresentação sobre o assunto, a fim de subsidiar o entendimento. O Sr. Tiago iniciou a apresentação informando sobre o posicionamento do GT-Mananciais na estrutura dos trabalhos da CT-RN. Algumas observações feitas sobre a estrutura atual incluem: (i) a falta de autonomia, já que o GT não pode aprovar revisões da Política de Mananciais dos Comitês PCJ, além de outras demandas; (ii) a falta de sincronia, devido à necessidade de aprovação dos assuntos em duas CTs diferentes, com reuniões bimestrais, sendo a CT-RN realizada nos meses pares e a CT-Rural nos meses ímpares; (iii) a redundância dos assuntos discutidos em ambas as CTs; e (iv) o aumento no número de reuniões, resultando em maior tempo para definir e encaminhar os assuntos e maior gasto de recursos humanos e financeiros. Dando continuidade, o Sr. Tiago mostrou o novo fluxograma da CT-Mananciais na estrutura dos Comitês PCJ, informou que a CT-Mananciais realizará as reuniões de forma mensais ou bimestrais, relacionadas com as reuniões bimestrais da CT-Rural. Posteriormente, o Sr. Tiago apresentou as vantagens da nova estrutura, destacando que haverá uma maior integração entre as CTs e mais autonomia para aprovação e encaminhamento de assuntos para apreciação na CT-PL. Na nova proposta, a CT-RN será renomeada para CT-Mananciais, e assumirá o Plano de Trabalho 2024-2025 já aprovado, o orçamento de 2024 e os membros participantes. Os possíveis casos omissos e que não são abordados na Deliberação em discussão caberão ser decididos pela CT-PL. O Sr. Tiago também informou que essa transição para CT-Mananciais será incluída como um capítulo do livro que será elaborado sobre os 10 (dez) anos da Política de Mananciais dos Comitês PCJ. Após a apresentação, o Sr. Denis franqueou a palavra para manifestações dos presentes. Em seguida, o Sr. Michele Consolmagno, representante do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP - DR Bragança Paulista), questionou como será feita a inclusão dos membros na CT-Mananciais. Na sequência, o Sr. Tiago informou que os membros atuais da CT-RN e os da CT-Rural que participam

da CT-RN serão integrados à CT-Mananciais. Posteriormente, será feito um convite para novos membros interessados em compor a CT-Mananciais. Em seguida, o Sr. João José Assumpção de Abreu Demarchi, representante do Instituto de Zootecnia (IZ) e Coordenador da Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos Recursos Naturais (CT-RN), destacou que a criação da CT-Mananciais não apenas aprimorará as discussões, mas também agilizará os encaminhamentos no âmbito da Política de Mananciais dos Comitês PCJ, proporcionando uma abordagem mais integrada e eficiente para a gestão dos recursos hídricos. O Sr. Demarchi declarou que a criação da CT-Mananciais simboliza um compromisso renovado com a gestão sustentável dos recursos hídricos nas Bacias PCJ, considerando esse avanço um marco significativo que fortalece os Comitês PCJ. Não havendo mais manifestação, o Sr. Denis submeteu a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 478/24, de 28/06/2024, que cria a Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos Mananciais (CT-Mananciais) a partir da Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos Recursos Naturais (CT-RN) e dá outras providências, à votação, a qual foi aprovada por unanimidade. **3.4. Apreciação de minuta de deliberação que cancela a indicação do empreendimento “Elaboração de Projeto Básico de Barramento logo após a Confluência do Ribeirão Boa Vista e Córrego Roseira, no Município de Iracemápolis-SP”, cujo tomador é a Prefeitura Municipal de Iracemápolis, financiado com recursos da Cobrança PCJ Federal e dá outras providências.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que o assunto em discussão cancela a indicação do empreendimento “Elaboração de Projeto Básico de Barramento logo após a Confluência do Ribeirão Boa Vista e Córrego Roseira, no Município de Iracemápolis-SP”, cujo tomador é a Prefeitura Municipal de Iracemápolis/SP, financiado com recursos da Cobrança PCJ Federal, indicado em 2023 pelos Comitês PCJ. Complementou informando que o saldo dos recursos financeiros da Cobrança PCJ Federal, correspondente ao empreendimento em discussão, será acrescido ao orçamento, para distribuição pelos Comitês PCJ. Em seguida, o Sr. Denis passou a palavra ao Sr. Diogo Bernardo Pedrozo, Coordenador de Projetos da Fundação Agência das Bacias PCJ, para realizar a apresentação sobre o assunto. O Sr. Diogo iniciou

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 30ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em 28/06/2024, em Holambra/SP

sua apresentação contextualizando que o empreendimento cancelado é “Elaboração de Projeto de Barramento logo após a confluência do Ribeirão Boa Vista e Córrego Roseira”, localizado no município de Iracemápolis/SP, cujo tomador é a Prefeitura Municipal de Iracemápolis. No Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PAP-PCJ), o projeto estava previsto na ação de “Estudos, planos, projetos e obras para implantação, expansão ou adequação de estruturas hidráulicas para aumento da segurança hídrica”. O valor de repasse oriundo da cobrança pelo uso da água era de R\$ 695.860,40 (seiscentos e noventa e cinco mil, oitocentos e sessenta reais e quarenta centavos), sendo a contrapartida do município de R\$ 196.925,52 (cento e noventa e seis mil, novecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e dois centavos), totalizando um global de R\$ 892.785,92 (oitocentos e noventa e dois mil, setecentos e oitenta e cinco reais e noventa e dois centavos). Em seguida, o Sr. Diogo explicou que em 2022 a Fundação Agência das Bacias PCJ lançou o Ato Convocatório nº 001/2022 e a Prefeitura Municipal de Iracemápolis pleiteou o recurso da Cobrança PCJ Federal, o qual passou por uma análise técnica. Após, o empreendimento foi considerado apto e indicado em abril de 2023 pelos Comitê PCJ, através da Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ nº 438/23, de 28/04/2023. Após aprovação prévia, o empreendimento passou por uma nova análise técnica financeira da Caixa Econômica Federal (CEF), sendo também considerado adequado pela instituição financeira e em dezembro de 2023 foi celebrado o Contrato de Transferência (CT) nº 003/2023, prosseguindo então para a etapa de licitação. Em 15/03/2024, a Prefeitura Municipal de Iracemápolis comunicou à Fundação Agência das Bacias PCJ que havia elaborado o projeto de um novo sistema de abastecimento público de água para o município. O projeto já incluía a confluência do Ribeirão Boa Vista e Córrego Roseira, com o contrato assinado com a empresa vencedora e a emissão, em 05/06/2023, da Ordem de Serviço (OS), e, diante disso, a prefeitura solicitou o cancelamento da indicação do empreendimento em questão. Em seguida, o Sr. Diogo complementou informando que o processo licitatório foi realizado anteriormente a assinatura do contrato de transferência, o que não é aceito, conforme CT nº 003/2023, e, portanto, não foi realizado nenhum desbloqueio de recursos à Prefeitura Municipal de Iracemápolis, sendo o termo de rescisão de contrato assinado em 21/05/2024. Finalizada a

apresentação, o Sr. Denis abriu a palavra para manifestação dos presentes e não havendo, submeteu a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 479/24, de 28/06/2024, que cancela a indicação do empreendimento “Elaboração de Projeto Básico de Barramento logo após a Confluência do Ribeirão Boa Vista e Córrego Roseira, no Município de Iracemápolis-SP”, cujo tomador é a Prefeitura Municipal de Iracemápolis, financiado com recursos da Cobrança PCJ Federal e dá outras providências, à votação, a qual foi aprovada por unanimidade. **3.5. Apreciação de minuta de deliberação que indica empreendimento para financiamento com recursos oriundos da Compensação Financeira pela utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH), referente ao exercício de 2024, e dá outras providências.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, fez uma breve apresentação sobre o tema informando que o presente item de pauta trata de minuta de Deliberação referente a indicação de empreendimentos com recursos oriundos da Compensação Financeira pela utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH). Em seguida, o Sr. Denis solicitou o apoio da Sra. Lívia Modolo, representante da Coordenação de Projetos da Fundação Agência das Bacias PCJ, para realizar a apresentação sobre o assunto. A Sra. Lívia iniciou sua apresentação explanando sobre o parágrafo 1º do artigo 3º do Edital FEHIDRO constante na Deliberação dos Comitês PCJ nº 448/23, a qual dispõe de informações sobre regras para seleção de empreendimentos. Com base nisso, o empreendimento que será indicado é da Prefeitura Municipal de Santa Maria da Serra/SP, cujo título é “Elaboração do Plano Diretor de Drenagem do Município de Santa Maria da Serra”. O valor de repasse, proveniente da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH) é de R\$ 557.298,75 (quinhentos e cinquenta e sete mil, duzentos e noventa e oito reais e setenta e cinco centavos), e, em complementação, o valor de contrapartida é de R\$ 17.236,08 (dezessete mil, duzentos e trinta e seis reais e oito centavos), cujo valor global é de R\$ 574.534,83 (quinhentos e setenta e quatro mil, quinhentos e trinta e quatro reais e oitenta e três centavos). Como se trata de Prefeitura Municipal, a modalidade de financiamento desse empreendimento é “Não

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 30ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em 28/06/2024, em Holambra/SP

Reembolsável”. Na sequência, a Sra. Livia apresentou um panorama geral no qual consta 17 (dezesete) inscritos, sendo 04 (quatro) já indicados, 01 (um) apto para indicação e 07 (sete) em análise técnica. Informou ainda que dos 17 (dezesete) inscritos, 05 (cinco) foram indeferidos. Lembrou também que as próximas indicações se darão em agosto de 2024, conforme disposto no Manual de Procedimentos Operacionais para Investimentos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (MPO-FEHIDRO). Em seguida, o Sr. Denis abriu a palavra para manifestação dos presentes e não havendo, submeteu a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 480/24, de 28/06/2024, que indica empreendimento para financiamento com recursos oriundos da Compensação Financeira pela utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH), referente ao exercício de 2024, e dá outras providências, à votação, sendo aprovada por unanimidade. **3.6. Apreciação de minuta de deliberação que aprova a indicação de empreendimentos selecionados por meio de Ato Convocatório referentes ao Chamamento Público de Projetos nº 002/2023, para financiamento com recursos da Cobrança PCJ Federal, exercício de 2024, e dá outras providências.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, contextualizou o item de pauta explicando que se trata da indicação de empreendimentos selecionados por meio do Ato Convocatório referentes ao Chamamento Público de Projetos nº 002/2023, para financiamento com recursos da Cobrança PCJ Federal, exercício de 2024, na temática de “Conservação e Uso do Solo e da Água no Meio Rural e Recomposição Florestal - CRF”, constante de projetos iniciados referentes a Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais no âmbito da área de atuação dos Comitês PCJ - Política de Mananciais dos Comitês PCJ. Assim passou a palavra ao Sr. Felipe Requena, representante da Assessoria Ambiental da Fundação Agência das Bacias PCJ, para uma breve apresentação sobre o assunto. O Sr. Felipe iniciou sua apresentação informando sobre o Edital de proteção de mananciais e a indicação dos empreendimentos que foram indicados com recursos da Cobrança PCJ Federal, através do Ato Convocatório nº 002/2023, para as ações dos Programas 1 e 2 da Política de Mananciais dos Comitês PCJ. O Sr. Felipe citou as ações e seus respectivos objetivos e informou que além de

acompanhar os grupos de trabalho, a Assessoria Ambiental também realizou algumas oficinas para capacitação. Em seguida, apresentou o resumo dos empreendimentos e dos tomadores, totalizando 05 (cinco) inscritos aptos a serem indicados. O Sr. Felipe apresentou também os valores individuais de cada tomador e seus valores de repasse, contrapartida e valor total previsto. Para todos os empreendimentos o valor de repasse foi de R\$ 2.126.289,15 (dois milhões, cento e vinte e seis mil, duzentos e oitenta e nove reais e quinze centavos), o valor total de contrapartida foi de R\$ 156.727,14 (cento e cinquenta e seis mil, setecentos e vinte e sete reais e quatorze centavos) e assim, a somatória dos valores totalizou R\$ 2.283.016,29 (dois milhões, duzentos e oitenta e três mil, dezesseis reais e vinte e nove centavos). Em seguida, o Sr. Denis agradeceu o detalhamento da apresentação e abriu a palavra para manifestação dos presentes. Não havendo manifestações, o Sr. Denis submeteu a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 481/24, de 28/06/2024, que aprova a indicação de empreendimentos selecionados por meio de Ato Convocatório referentes ao Chamamento Público de Projetos nº 002/2023, para financiamento com recursos da Cobrança PCJ Federal, exercício de 2024, e dá outras providências, à votação, sendo aprovada por unanimidade. **3.7. Apreciação de minuta de deliberação que aprova calendário, regras, edital, procedimentos eleitorais e constitui Comissão Eleitoral para as eleições dos Comitês PCJ (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL) para o mandato 2025-2027, e dá outras providências.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL explicou que o item de pauta trata sobre calendário, regras, edital, procedimentos eleitorais e constitui a Comissão Eleitoral (CE) para as eleições dos Comitês PCJ (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), para o mandato 2025-2027. A minuta de Deliberação requer a constituição da CE, que possui a finalidade de fazer as análises das inscrições com verificação do enquadramento dos interessados segundo os segmentos de Usuários de Recursos Hídricos e Organizações Cívicas previstos no Estatuto do CBH-PCJ e no Regimento Interno do PCJ FEDERAL, na legislação aplicada e no regulamento destas eleições. Após breve contextualização do assunto, o Sr. Denis passou a palavra à Sra. Thamiris Caroline Rodrigues Cardoso, representante da Coordenação de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 30ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em 28/06/2024, em Holambra/SP

Fundação Agência das Bacias PCJ, que abordou sobre a proposta do processo eleitoral dos Comitês PCJ, para o biênio 2025-2027, para os comitês Paulista (CBH-PCJ) e Federal (PCJ FEDERAL). O Grupo de Trabalho Eleições (GT-Eleições) foi constituído na 92ª Reunião Ordinária da CT-PL e os membros do GT elaboraram a minuta de Deliberação, que contém calendário, regras, edital, procedimentos eleitorais e constitui a CE. Em seguida, a Sra. Thamiris explicou que não houve mudanças significativas em relação aos procedimentos aplicados ao processo eleitoral do mandato vigente, mantendo todo o processo de forma *online*, desde o protocolo até o processo de votação. Ressaltou que a única alteração foi referente ao cronograma, que foi adiantado para que as entidades interessadas tenham um período maior para realizarem suas inscrições, finalizando em 07/03/2025. Na sequência, a Sra. Thamiris apresentou a proposta de cronograma detalhando cada etapa do processo eleitoral. Ressaltou que os membros precisam ser entidades pertencentes a região territorial das Bacia PCJ. A CE tem como função principal se reunir para analisar os documentos, bem como acompanhar e participar de cada fase do processo eleitoral. A Sra. Thamiris nomeou a composição dos membros da CE do mandato anterior, pontuando quais foram os titulares e suplentes de cada segmento e em seguida solicitou a todos manifestações para composição da CE para o mandato 2025-2027. Para o segmento “Usuários de Recursos Hídricos” foi eleito a Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE) como membro do setor de “Abastecimento Público”; Sindicato Rural de Rio Claro como membro do setor de “Irrigação” e UNICA como membro do setor de “Indústria”. Em seguida, para compor o segmento “Organizações Cívicas” foi eleito como membro titular o Instituto de Proteção Socioambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí (IPSA-C) e como membro suplente a Associação Amigos do Horto Florestal Navarro de Andrade (AAMHOR). Para compor o segmento “Municípios” foi eleito como membro titular a Prefeitura Municipal de Jundiá (P.M. de Jundiá) e como membro suplente a Prefeitura Municipal de Holambra (P.M. de Holambra). Em seguida, para compor o segmento “Órgãos de Governo Estadual” foi eleito como membro titular a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) e como membro suplente a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL). Por fim, para o segmento “Órgãos de Governo Federal” não foi eleito nenhum membro no momento da

reunião, pois não havia representante do governo federal presente durante a reunião. Na sequência, foi definido os membros do Estado de Minas Gerais, no Plenário do PCJ FEDERAL, para compor a CE. Para o segmento “Usuários de Recursos Hídricos” e “Organizações Cívicas” foi eleita a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG). Para os segmentos “Municípios” e “Órgãos de Governo”, não houve representantes presentes na reunião. Dessa forma, esses segmentos ficaram sem preenchimento, e os participantes acordaram para a supressão dessas vagas na CE. Finalizada a apresentação, o Sr. Denis abriu a palavra para manifestação dos presentes e não havendo, submeteu a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 482/24, que aprova calendário, regras, edital, procedimentos eleitorais e constitui Comissão Eleitoral para as eleições dos Comitês PCJ (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL) para o mandato 2025-2027, e dá outras providências, à votação, sendo aprovada por unanimidade. **4. Informes. 4.1. da Diretoria dos Comitês PCJ.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que: **a)** o Portal de Capacitação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), está com inscrições abertas para diversos cursos na área de gestão de recursos hídricos e assuntos correlatos. Os cursos são gratuitos, de curta duração e com a emissão de certificados (link de acesso - Portal de Capacitação: <https://capacitacao.ana.gov.br/cursos>). Salientou que, após a realização dos cursos os representantes devem encaminhar os certificados para a Secretaria Executiva para registro em banco de dados; **b)** nos dias 08 e 09 de abril, ocorreu o “Encontro de Comitês de Bacias Hidrográficas Interestaduais 2024”, em Brasília/DF, no qual foi abordado temas relacionados à gestão de recursos hídricos; **c)** em 15 de abril, foi retomado pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE) a licitação das obras das barragens de Pedreira e Duas Pontes e a previsão é que os trabalhos sejam retomados em julho de 2024; **d)** nos dias 02 e 03 de maio, na sede do Programa Conservador das Águas em Extrema (MG), foi realizada a reunião da UGP, referente ao projeto SABESP Cantareira. A reunião teve como principal pauta as ações inerentes aos municípios e recursos da Cobrança PCJ Federal. Também foram realizadas visitas técnicas de acompanhamento de conservação do solo e saneamento rural em Camanducaia (MG) e de ações de conservação de solo, ações de saneamento rural recém-instaladas e

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 30ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em 28/06/2024, em Holambra/SP

625 melhorias no sistema de pastagem em Joanópolis
(SP), que tem relação com as ações previstas na
Política de Mananciais dos Comitês PCJ; **e**) em 06
de maio, foi realizada a 14ª Reunião das Secretarias
Executivas do Grupo de CBHs da Bacia do Rio
Tietê, coordenada pela Sra. Caroline Túbero
Bacchin, Secretária-executiva adjunta do CBH-
PCJ, no qual foi finalizado e aprovado o Manifesto
630 sobre a Poluição no Rio Tietê, a ser entregue em
15/05/2024, na 5ª Reunião Ordinária do FIAR; **f**)
em 10 de maio, foi realizado a visita técnica ao
Sistema Cantareira, na Estação de Tratamento de
Água Guaraú, na Estação Elevatória Santa Inês e
635 no Reservatório Paiva Castro, junto aos
representantes das coordenações das Câmaras
Técnicas e dos Grupos de Trabalho dos Comitês
PCJ; **g**) em 16/05/2024, representante dos Comitês
PCJ e da Fundação Agência das Bacias PCJ
640 participaram da segunda audiência pública do
Projeto de Lei (PL) nº 2.918/2021, que dispõe
sobre compensação financeira à União, Estados,
Distrito Federal e Municípios pelo resultado da
Compensação Financeira pela utilização dos
645 Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia
(CFURH); **h**) nas duas últimas reuniões do Fórum
de Integração de Recuperação Ambiental do Rio
Tietê (FIAR), ocorridas em 18/03/2024 e
27/05/2024, respectivamente, foram entregues e
650 lidos os: Manifesto sobre a Implementação da
Cobrança Rural pelo Uso da Água para o Setor
Rural e o Manifesto sobre a Poluição das Águas no
Médio e Baixo Curso do Rio Tietê, elaborados nas
últimas reuniões dos CBHs do Rio Tietê; **i**) em 14
655 de maio, a Agência Nacional de Águas e
Saneamento Básico (ANA) emitiu o Ofício
Circular nº 1/2024/AC/ANA informando sobre a
Resolução nº 188/2024, que estabelece critérios
para o automonitoramento do uso da água por
660 usuários regulares em corpos hídricos de domínio
da União; **j**) nos dias 04 e 05 de junho, o Sr. Denis
Herisson da Silva, Secretário-executivo do CBH-
PCJ e do PCJ FEDERAL, junto ao Sr. Paulo
Roberto S. Tinel, representante da Associação
665 Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento
(ASSEMAE) e Coordenador Adjunto da Câmara
Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH)
participaram de duas capacitações junto ao Comitê
do Jacutinga e o Comitê Peixe, cujo tema abordado
670 foi a relação entre os Comitês de Bacias
Hidrográficas e o Saneamento Básico; **k**) em 19 de
junho, foi realizado o Seminário da Política
Nacional de Recursos Hídricos, em Brasília/DF, o
qual tratou sobre a estratégia elaborada pelo
675 Ministério da Integração e do Desenvolvimento
Regional para o fortalecimento do Sistema

Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
(SINGREH); e **l**) a 94ª Reunião Ordinária da CT-
PL, ocorrerá em 16/08/2024, às 9h; e a 31ª Reunião
680 Extraordinária do Comitês PCJ, ocorrerá em
30/08/2024, às 9h, ambas por videoconferência.
4.2. da Fundação Agência das Bacias PCJ. Na
sequência, o Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente
da Fundação Agência das Bacias PCJ,
685 cumprimentou a todos e informou que: **a**) em maio
de 2024, a Comissão de Avaliação dos Contratos
de Gestão da Agência Nacional de Águas e
Saneamento Básico (CAv/ANA), encaminhou à
Fundação Agência das Bacias PCJ, o Relatório
690 Anual de Avaliação Final dos Resultados do
Contrato de Gestão nº 033/2020/ANA, exercício de
2023. Neste relatório foi avaliada a execução e o
cumprimento das metas dos indicadores, conforme
Anexo II - Programa de Trabalho. A CAv/ANA,
695 concluiu que o desempenho da Fundação Agência
das Bacias PCJ, na execução programa de trabalho,
foi classificado como “bom”, sendo a nota geral
alcançada de “7,83”; **b**) nos dias 08 e 09 de abril, a
Fundação Agência das Bacias PCJ participou do
700 “Encontro de Comitês de Bacias Hidrográficas
Interestaduais 2024”, em Brasília/DF. Além desse
evento, o Sr. Sergio Razera e o Sr. Ivens de Oliveira
participaram de reunião junto ao presidente da
Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) para
705 discutir sobre as possibilidades de parcerias para
projetos de saneamento rural nas Bacias PCJ; **c**)
será encaminhado via e-mail, aos representantes
dos municípios das Bacias PCJ (prefeituras,
autarquias e concessionárias), um formulário com
710 o objetivo de levantar as principais dificuldades
dos municípios na captação de recursos financeiros
junto aos Comitês PCJ e possíveis demandas de
recursos financeiros em ações financiáveis; **d**) no
mês do meio ambiente, a Fundação Agência das
715 Bacias PCJ, participou de diversos eventos
voltados ao tema; **e**) foi publicado no site da
Fundação Agência das Bacias PCJ o Relatório
Institucional – GRI 2023, em cumprimento ao
Anexo II da Resolução ANA nº 125/2022; **f**) no dia
720 16 de maio, o Sr. Ivens de Oliveira, participou da
2ª Audiência Pública sobre o Projeto de Lei (PL) nº
2.918/2021, que dispõe sobre compensação
financeira à União, Estados, Distrito Federal e
Municípios pelo resultado da Compensação
725 Financeira pela utilização dos Recursos Hídricos
para Fins de Geração de Energia (CFURH); **g**) a
Fundação Agência das Bacias PCJ participou da
live “Cultural SP”, realizada pela Ordem dos
Advogados do Brasil (OAB), em 27/05/2024, no
730 tema Objetivos de Desenvolvimento Sustentável –
ODS 6 – “Água potável e saneamento”; **h**) em 08

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 30ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em 28/06/2024, em Holambra/SP

735 de abril, foi apresentado os resultados do programa
Rios Vivos do Departamento de Águas e Energia
Elétrica (DAEE), referente ao ciclo 2023/2024, que
tem como propósito melhorar a qualidade da água
dos rios, revitalização dos seus cursos e remoção
de sedimentos; **i)** nos dias 02 e 03 de maio, na sede
do Programa Conservador das Águas, em Extrema
(MG), foi realizada reunião da UGP Cantareira
740 PCJ, conduzida pela Sra. Patrícia Gobet de Aguiar
Barufaldi, o Sr. Felipe Requena e a Sra. Bruna
Petrini, e teve como principal pauta mostrar a
evolução das ações inerentes aos municípios do
Projeto Cantareira PCJ; **j)** em 28 de maio, o Sr.
745 Diogo Bernardo Pedrozo, Coordenador de Projetos
da Fundação Agência das Bacias PCJ, participou
do 1º Fórum Técnico Científico de Bacias
Hidrográficas Taquari-Antas que tratou sobre
eventos climáticos extremos, segurança hídrica e a
750 Governança das Águas e sua apresentação foi sobre
a experiência das Bacias PCJ na integração dos
instrumentos de planejamento frente aos eventos
climáticos extremos; e **k)** o PMMA/Cerrado teve
novas turmas no mês de junho, nos municípios de
755 Bragança Paulista, Piracicaba e Campinas, sendo
que em breve serão agendados os próximos
módulos. **4.3. dos membros dos Comitês PCJ.**
Em seguida, o Sr. Denis passou a palavra para que

os demais membros pudessem fazer seus informes:
760 **a)** o Sr. Rodrigo Hajjar Francisco, representante do
Fórum das Américas e do Instituto de Proteção
Socioambiental da Bacia Hidrográfica do Rio
Corumbataí (IPSA-C), informou que entre os dias
08 a 10 de julho vai ocorrer o 1ª Encontro dos
765 Comitês das Bacias Hidrográficas da Região
Sudeste - ERCOB Sudeste, no município de Belo
Horizonte/MG; e **b)** o Sr. Alexandre Luis Almeida
Vilella, representante da Federação das Indústrias
do Estado de São Paulo (FIESP) e Coordenador da
770 Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico
(CT-MH), informou que a CT-MH está atenta as
demandas dos usuários e, até o presente momento,
foi utilizado 14% da reserva hídrica do Sistema
Cantareira para atendimento as Bacias PCJ. Além
775 disso, convidou a todos para participarem da
próxima reunião da CT-MH, a ser realizada em
03/07, por videoconferência, na qual terá como um
dos itens de pauta a apresentação pela CETESB do
Sistema Integrado de Monitoramento da Qualidade
das Águas do Estado de São Paulo (SIMQUA). **5.**
780 **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar e com
autorização dos presidentes, o Sr. Denis agradeceu
a participação de todos e deu por encerrada a
reunião.

(assinado digitalmente)
**MYLENA NASCIMENTO RODRIGUES
DE OLIVEIRA**
Presidente do CBH-PJ1

(assinado digitalmente)
LUCIANO SANTOS TAVARES DE ALMEIDA
Presidente do CBH-PCJ e
do PCJ FEDERAL

(assinado digitalmente)
ADILSON RAMOS DE SOUZA
Secretário-executivo do CBH-PJ1

(assinado digitalmente)
DENIS HERISSON DA SILVA
Secretário-executivo do CBH-PCJ e
do PCJ FEDERAL